

PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE  
FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS

## DE LÊNIN A STÁLIN: A CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Recebido em 23/09/2021

Aprovado em 16/02/2022

# DE LÊNIN A STÁLIN: A CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

## Resumo

A proposta do presente artigo é discorrer sobre o processo de formação do planejamento econômico na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, principal bloco socialista do século passado. O bloco soviético ganhou grande notoriedade na hegemonia econômica e política internacional ao organizar suas atividades produtivas a partir do planejamento econômico, o que lhe permitiu travar uma longa disputa econômica, bélica e ideológica com os Estados Unidos. A partir de uma análise teórico-histórica, pretende-se apontar as principais características do planejamento soviético enquanto uma nova forma de organização econômica, diversa, portanto, do modo de produção capitalista. O recorte temporal analisado será estabelecido entre a Revolução Russa (1917) e o fim da II Guerra Mundial (1945).

**Palavras-chave:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); planejamento econômico; economia socialista.

## PEDRO HENRIQUE E V A N G E L I S T A DUARTE

Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Professor Adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE-UFG).

E-mail: [pheduarte@ufgh.br](mailto:pheduarte@ufgh.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3706-7973>

## FELIPE MIGUEL S A V E G N A G O MARTINS

Doutorando em Teoria Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp).

E-mail: [felipe.martins.unicamp@gmail.com](mailto:felipe.martins.unicamp@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0163-4403>

## **Abstract**

The aim of this paper is to propose a discussion on the formation of the Soviet-type economic planning in the former Union of Soviet Socialist Republics, the first socialist bloc in the world. The soviet bloc had a great notoriety in economic hegemony and international politics by organizing its productive activities economic planning, which allowed it to wage a long economic, military and ideological dispute against the United States. Based on a theoretical and historical perspective, it is intended to highlight the most important aspects of the Soviet economic planning as a new way of economic and social organization, and how it contributed to the economic and social development in the USSR. We will analyze the period that goes from the Russian Revolution (1917) until the end of the II World War (1945).

*Keywords:* Union of Soviet Socialist Republics (USSR); economic planning; socialist economy.

## I. Introdução

Em 1917, no transcurso da Primeira Guerra Mundial, um conjunto de disputas internas na Rússia, travadas pelo descontentamento de diversas classes sociais com os privilégios da nobreza czarista, viria a transformar todo o cenário político, econômico e ideológico na Europa e no mundo a partir da deflagração da Revolução Russa e da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Efetivada a partir das Revoluções de Fevereiro e de Outubro, a Revolução Russa garantiu novos contornos à organização política da região ao dar início ao primeiro governo diretamente organizado por representantes das classes populares.

Inicialmente restrita ao território russo, mas, posteriormente, tendo se estendido para 15 países, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas teria como uma de suas principais características, no campo da política econômica, a chamada *planificação econômica*. Indo na contramão do liberalismo típico dos países capitalistas, a planificação econômica tinha como fundamento a organização da atividade produtiva a partir do Estado, com a centralização de recursos e decisões, de forma a tentar promover um desenvolvimento equilibrado. Para além disso, ao centralizar no Estado a propriedade dos principais meios de produção, o planejamento econômico soviético trazia em si a ideia de que a propriedade pertencia ao povo – uma vez sendo o Estado seu representante –, de modo que a organização econômica e social seria orientada, prioritariamente, à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Considerando esses aspectos, o presente artigo tem o objetivo de analisar os elementos do planejamento econômico soviético no período que vai de 1917 – data da Revolução Russa – até 1945, ano que demarca, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o posicionamento da União Soviética como potência hegemônica internacional. Parte-se do entendimento que os elementos do planejamento econômico soviético são fundamentais para a compreensão dos fatores que permitiram à região, num período de menos de

30 anos, sair da posição de uma economia agrária e subdesenvolvida para a de uma potência econômica internacional. Assim, faz-se fundamental a análise dos elementos da planificação econômica para entender o conjunto de avanços econômicos e sociais que se processaram na União Soviética, determinando um conjunto de rearranjos nas disputas político-ideológicas internacionais.

Para a análise proposta, o artigo está dividido em três seções. Na primeira seção será analisada, em linhas gerais, a dinâmica econômica da Rússia czarista, a fim de evidenciar as principais razões para que a Revolução Bolchevique fosse possível, além de sistematizar as dificuldades e êxitos do país para que, efetivamente, a União Soviética surgisse. Em seguida, serão discutidos os dois primeiros planejamentos que ocorreram logo após a tomada de poder pelos bolcheviques: o comunismo de guerra e a Nova Política Econômica. Na segunda seção, serão discorridos os debates internos ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) acerca da transição do poder após a morte de Lênin, de que forma deveria ser interpretada a transformação rumo ao socialismo no bloco soviético e a maneira escolhida para planejar a economia. Em seguida, será feita uma discussão da formação dos Planos Quinquenais e da consolidação da economia planejada durante o período Stálin até a Segunda Guerra Mundial. Desta maneira, será possível compreender os seus efeitos gerais a partir da conjuntura histórica em que se encontravam, e de que forma a União Soviética veio a se tornar uma potência econômica e militar.

## **2. Da Rússia czarista à Nova Política Econômica**

### **2.1. Panorama econômico do período czarista**

O quadro socioeconômico russo, na década de 1910, era complexo e de significativas contradições, explícitas no transcurso do desenvolvimento capitalista que se concretizava neste período histórico. O país avançou, já ao final do século XIX, no processo de industrialização, com influência

importante de interesses internacionais – França, Inglaterra e Bélgica, por exemplo – em setores como metalurgia e têxtil, concentrados em São Petersburgo e Moscou. Ainda assim, como aponta Oliveira (2002), mesmo com as indústrias modernas nascentes na Rússia czarista, a sociedade ainda estava atrelada aos laços servis, dificultando o processo de aceleração da divisão social do trabalho e, inevitavelmente, da acumulação por intermédio da extração do mais valor e da formação de um mercado interno consolidado, bases fundamentais do modo de produção capitalista.

Com as principais potências hegemônicas vivendo o período do capitalismo monopolista, o país era obrigado a introduzir complexos e modernos esquemas produtivos, rompendo com as etapas do desenvolvimento industrial (OLIVEIRA, 2002). Assim que as indústrias nascentes na Rússia eram, grosso modo, de médio (entre 100 e 1000 operários) e grande porte (superior a 1000 operários). No ano de 1914, para se ter dimensão desta transformação, mais de 41% dos operários russos se concentravam nessas indústrias. No entanto, o motor da economia era a agricultura, responsável por 45,3% da renda russa, e cuja estrutura fundiária era altamente concentrada nas mãos da nobreza czarista, na magnitude de 45% em 1911. Ademais, antes da Primeira Guerra Mundial, cerca de 80% da população ainda vivia no campo e a pauta exportadora russa era representada em 88% por cereais. Estes elementos reforçam o atraso socioeconômico do país e a dificuldade de consolidar uma estrutura industrial (REIS FILHO, 1989).

A grande consequência social da industrialização tardia russa, sem um planejamento concreto às realizações econômicas, foi o desenvolvimento totalmente desequilibrado da economia. O contraste era muito evidente quando se visualizavam grandes fábricas modernas e, no mesmo cenário, condições produtivas no campo que ainda mantinham as características do período da servidão.

Na verdade, mesmo ali onde o capitalismo desponta, ele ainda se combina, em larga medida, com formas pré-capitalistas de produção e organização social. [...] Operários e camponeses, que se encontram na base da pirâmide

social, é que mais sofrerão com a combinação das formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração (REIS FILHO, 1989, p. 15).

Não obstante, deflagrou-se, em 1914, a Primeira Guerra Mundial, resultado das tensões imperialistas em busca de novos territórios a serem colonizados, cujos reflexos acentuariam ainda mais a nova divisão internacional do trabalho, caracterizada pelos países centrais industrializados exportadores de manufaturados, e os periféricos, de produtos primários.

## **2.2. A Primeira Grande Guerra e o Governo Provisório**

Em busca de novos territórios a serem dominados e da consolidação das forças em torno da figura do Czar, a Rússia viu-se obrigada a ingressar na batalha ao lado da Tríplice Entente, formada pelos principais investidores na indústria do país. No entanto, com contingente insuficiente de soldados, o exército russo passou a recrutar camponeses. Ademais, com a entrada do país na guerra, a atividade econômica passou a atuar quase que exclusivamente mediante as demandas oriundas do conflito, fosse direcionando investimentos à fabricação de armamentos e transferindo grande parte de sua produção alimentícia aos combatentes, fosse na tentativa de refrear os efeitos da queda da força de trabalho no campo. No entanto, de imediato, essa estratégia de alocação de recursos foi catastrófica: a partir do momento em que camponeses ingressam no exército, e considerando que a principal fonte de renda do país era a agricultura, os impactos na dinâmica econômica, inevitavelmente, foram altamente negativos.

Como reflexo, a produção de cereais – principal item da balança comercial e de fonte alimentícia das famílias – reduziu-se em 21%, gerando ondas de fome sem precedentes. Em 1917, o consumo de alimentos era menos da metade em relação ao ano anterior; os recursos industriais caíram 80% em 1914, se comparado ao ano anterior (REIS FILHO, 1989).

Em decorrência dos efeitos do conflito, gradualmente a população russa começou a mostrar seu descontentamento através da intensificação das manifestações e greves gerais: foram mais de 1 milhão de grevistas no primeiro

semestre de 1914 e aproximadamente 575 mil nos dois primeiros meses de 1917 (REIS FILHO, 2003). Assim, de forma independente de ideologias e partidos políticos, e, portanto, sem um movimento de vanguarda na liderança das manifestações, uma fração importante da população russa estava unida, nos primórdios de 1917, para derrubar o regime czarista vigente: os soldados pediam a retirada das tropas da Primeira Guerra; os trabalhadores, melhores condições de trabalho e comida; os camponeses, terras para cultivo. Em outras palavras, as diferentes demandas das distintas classes se convergiam no desejo da saída da Rússia da guerra e na melhoria das condições de trabalho e vida. Dado o quadro socioeconômico, a derrubada do czar Nicolau II foi concretizada em fevereiro daquele ano, formalizando o início do Governo Provisório.

O Governo Provisório, que substituiu a autocracia do governo anterior, tinha um caráter democrático – uma vez composto por representantes de diversas ideologias políticas – e estava baseado na autoridade da *Duma*, que funcionava como uma Assembleia Legislativa, de caráter liberal, e responsável pelos futuros rumos e decisões internas e externas na Rússia. Ao mesmo tempo, foi reconstituído o *Soviete* de Petrogrado, conselho formado por operários e soldados eleitos nas fábricas e nos regimentos militares.

O caráter contraditório do Governo Provisório estava estritamente exposto quando a *Duma* ainda “flertava” com o czarismo, elegendo um nobre na liderança e membros da burguesia liberal para ingressarem no novo governo. As esperanças de uma consolidação mais popular estavam longe de ocorrer.

A Revolução de Fevereiro de 1917 trouxe de volta a Petrogrado, vindos da Sibéria e do exílio no exterior, grande número de revolucionários antes banidos. Pertenciam, em sua maioria, a uma das duas alas — bolchevique e menchevique — do Partido dos Trabalhadores Socialdemocratas, ou ao Partido Social Revolucionário (SRs), e encontraram uma plataforma já pronta no Soviete de Petrogrado. Este era, de certa maneira, rival do Governo Provisório instaurado pelos partidos constitucionais da velha *Duma*; a expressão “dualidade de poder” foi então criada para descrever uma situação ambígua (CARR, 1979, p. 12).



Não obstante, os avanços da classe operária não eram efetivados, já que os trabalhadores, em geral, não tiveram suas jornadas reduzidas e nem aumentos salariais, e tampouco foi formalizada a reforma agrária. Para reforçar o descontentamento com o Governo Provisório, a Rússia mantinha-se na Primeira Guerra Mundial, mantendo assim todos os aspectos do trágico cenário socioeconômico.

A eclosão de uma possível ruptura com o regime vigente parecia palpável no campo, onde os *mujiqs*, camponeses russos, faziam livremente as demarcações de terras para romper com a grande concentração fundiária. Nas cidades, ondas de greves, manifestações e de intensa organização partidária com os bolcheviques na vanguarda dos movimentos culminaram, no mês de outubro, na derrubada do Governo Provisório – e a instalação de um governo popular tinha caminhos favoráveis para se concretizar.

### **2.3. O Governo Bolchevique, a Guerra Civil Russa e o comunismo de guerra**

Com a Revolução de Outubro, os bolcheviques definitivamente tomam o poder da Rússia, dissolvendo a *Duma* e concretizando a hegemonia dos *Soviets*. Logo, uma série de medidas socioeconômicas de cunho popular, como a abolição de aluguéis e passagens de trens, foi posta em prática. Desta forma, gradativamente, o novo Estado formado passou a ser o principal agente econômico e, mais importante, os trabalhadores e camponeses, pela primeira vez, puderam se sentir como protagonistas da história russa.

No que diz respeito à transição do modo de produção capitalista para o socialismo, importa destacar algumas considerações. Para Marx, em trabalhos como *A ideologia alemã* (2007) e o *Manifesto do Partido Comunista* (2012), a revolução socialista ocorreria a partir de dois grandes espectros: em uma sociedade altamente desenvolvida, no tocante à sua capacidade produtiva, e com um proletariado com bastante organização política, responsável por ser a vanguarda das mobilizações revolucionárias. Disso decorre uma percepção de que a nova organização política da Rússia enfrentaria enormes

desafios para realizar sua transição, pois o país, apesar de possuir um corpo produtivo capitalista, com uma indústria ligeiramente consolidada, ainda possuía, nas atividades rurais, relações produtivas bastante tradicionais. Apesar de ter experimentado um desenvolvimento capitalista clássico típico dos países centrais da Europa e de alcançar um PIB relativamente alto quando comparado com outros países europeus, tal desenvolvimento não se converteu em uma melhoria do nível de vida da população – resultando, com isso, em aumento do nível de pobreza –, fazendo com que aqueles que eram os objetivos imperialistas do governo czarista, como argumenta Rodrigues (2006), tenham conduzido o país a uma ruína social. A questão central, então, seria de como atingir um nível material suficiente para atender as necessidades da sociedade que emergia nas mãos dos novos governantes.

A solução apontada pelos bolcheviques seria a centralização das atividades econômicas nas mãos do Estado. Contudo, este Estado não era igual ao absolutista, nem tampouco ao burguês. Como o próprio Lênin (2017) analisava, esta instituição funcionava como instrumento de dominação de uma classe sobre outras, atendendo aos seus interesses. E, por conseguinte, este novo Estado constituído na Rússia deveria servir às classes que antes eram exploradas, e representantes da classe trabalhadora deveriam ocupar cargos governamentais. Assim, uma das primeiras medidas impostas por Lênin foi a abolição da propriedade privada rural, com a da Lei de Socialização das Terras, promulgada em 18 de fevereiro de 1918. Pela lei, cada camponês poderia ter somente uma propriedade de terra, de modo a democratizar os territórios, que seriam redistribuídos pelos Comitês Agrários. Juntamente com esta iniciativa, proibiu-se também o direito de trabalho remunerado por via da aniquilação da moeda – logo, os assalariados passaram a receber seus rendimentos em forma de produtos, fundamentalmente agrícolas, por intermédio do Estado – e de arrendamento da terra, de modo a evitar ganhos financeiros. Houve também a estatização de propriedades rurais e grandes indústrias – em 1918, o Estado nacionalizou 2000 grandes empresas, além de todas as fábricas que tinham mais de dez trabalhadores

(VIZENTINI, 1989) –, assim como a coletivização dos processos produtivos e da administração dessas unidades produtivas.

Entretanto, em abril de 1918, deflagrou-se a Guerra Civil, que perduraria pelos 4 anos seguintes (1918-1921). As duas polaridades durante o conflito eram os bolcheviques e o Exército Branco, apoiado por burgueses, aristocratas, mencheviques e outras forças conservadoras no plano interno, que também contava com suporte militar externo de Inglaterra, França, Japão e EUA. Ou seja, tratava-se de uma correlação de forças polarizada entre as forças revolucionárias e a velha ordem. Devido às situações extraordinárias deflagradas na gênese do Governo Bolchevique, como uma forte oposição e os constantes ataques externos, além dos eventos referente à Guerra Civil, a política econômica instaurada por Lênin e toda organização do partido seriam voltadas especificamente para o conflito, processo denominado de “comunismo de guerra”. A princípio, exigir-se-iam grandes esforços da população para resistir a um novo conflito e salvar a Revolução Bolchevique.

A principal característica do novo planejamento, emergencialmente instalado, foi a militarização do trabalho, onde grande parte da produção de grãos era confiscada pelo Estado e distribuídas à população, fundamentalmente aos soldados do Exército Vermelho, formado em 1918. Durante este período, a distribuição de grãos ao Exército Vermelho foi na magnitude de 75% (VASCONCELOS, 2013). Para reforçar o caráter do comunismo de guerra, o trabalho era compulsório, onde todos os russos eram obrigados, de alguma forma, a contribuir para o aumento da produção dos diversos setores. Existiam, também, os chamados “sábados vermelhos”, qualificado como trabalhos gratuitos e voluntários em prol da Revolução Bolchevique.

Vale destacar, também, que a reforma agrária implementada a partir da Lei de Socialização das Terras estabeleceu uma contradição primordial durante o período da Guerra Civil Russa: o caráter coletivo da produção rural não foi constatado na prática. O que ocorreu, na verdade, foi o fortalecimento de uma classe rural média que se sustentava a partir do mercado informal, ocupando quase 90% das terras em 1919. Por outro lado, o confisco dos

grãos por parte do Estado não era absoluto: em 1918, os bolcheviques eram responsáveis por 44% da distribuição, sendo o restante ainda dominado pelos médios camponeses “especuladores”, pelas vias do mercado informal (VASCONCELOS, 2013). Estes resultados reforçam o erro pontual de política econômica pelos bolcheviques, que alimentaram, mesmo não sendo o objetivo, o caráter burguês no campo. Percebe-se, então, uma questão fundamental: o frágil planejamento gerava crises de fome entre os camponeses pobres, que viam seus excedentes confiscados; e a única saída, o mercado informal, era praticamente inviável, por conta da especulação dos preços dos grãos.

Os impactos para a estrutura produtiva da Rússia, no transcurso da Guerra Civil, foram catastróficos: em 1920, a produção agrícola havia caído pela metade e o consumo representava 40% em relação a 1913. A grande indústria teve perda de 80%, sendo que para energia elétrica, petróleo e carvão, foi na magnitude de 70%. Em setores como ferro e aço, a perda foi praticamente total (REIS FILHO, 2003).

Mas, no início de 1921, mesmo com revoltas e primórdios de greves por melhorias, os bolcheviques derrotaram o Exército Branco e sagraram-se vencedores da Guerra Civil. O desgaste das forças externas decorrente da Primeira Guerra Mundial foi essencial para que as forças revolucionárias obtivessem êxito. Ademais, segundo Reis Filho (2003), o Exército Vermelho tinha uma administração mais eficiente e seus combatentes possuíam maior coesão, ao contrário do Exército Branco, que estava mais fragmentado, já que as potências estrangeiras que o apoiavam possuíam distintos interesses imperialistas de dominação da Rússia.

Para reestruturar a base produtiva, destruída pela Guerra Civil, o Governo Bolchevique precisou se mover para a implementação de medidas estratégicas, que pudessem recuperar a estrutura socioeconômica e retomar o crescimento. E, para gerar resultados positivos e conseguir atender às demandas populares, a revisão do planejamento até então efetivado era imprescindível, o qual deveria ser adaptado à conjuntura do pós-guerra.

## 2.4. A Nova Política Econômica (NEP)

Com o término da Guerra Civil e a vitória do Exército Vermelho sobre os contrarrevolucionários, a economia do país estava arruinada por conta das batalhas deflagradas no período. Para tentar superar o quadro socioeconômico vigente, o Partido Bolchevique precisaria reformular as políticas econômicas para o futuro. Assim, cessado o conflito, a Rússia pôde efetivamente iniciar o seu planejamento econômico de forma concreta.

O primeiro grande projeto foi a *GOELRO* – Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia – em 1920, “abrangendo um período de 10 a 15 anos e envolvendo a avaliação do futuro comportamento tanto dos setores consumidores de energia como dos setores fornecedores de matérias-primas e equipamentos para as usinas” (MIGLIOLI, 1982, p. 49). Desta forma, o Estado Bolchevique assegurava o monopólio da produção e distribuição de energia elétrica, com o objetivo de universalizar seu acesso.

No ano seguinte, elaborou-se a NEP – Nova Política Econômica –, cujo objetivo central era reerguer a estrutura produtiva, de modo a criar condições reais para avançar no projeto socialista. A NEP configurar-se-ia como um “recurso tático”, porque aspectos típicos do modo de produção capitalista, como investimentos para o capital estrangeiro e o ressurgimento da propriedade privada dos meios de produção, entrariam novamente em vigor, dada a necessidade objetiva de retomada do crescimento econômico, mesmo que em condições diferentes da socialista.

Entretanto, como apontam Netto (1985) e Vasconcelos (2013), Lênin pensava que o processo russo seria uma espécie de início de ondas revolucionárias, localizadas no Ocidente – Alemanha, principalmente, de cunho proletário – e no Oriente – China, de caráter nacionalista e democrática. Todavia, esses movimentos populares e operários fracassaram e as deflagrações de movimentos socialistas só iriam acontecer após a Segunda Guerra Mundial. Neste quadro, a Rússia estava totalmente insulada e uma possível escalada econômica e social a partir da solidariedade de outros movimentos revolucionários era impossível. Assim que, ao final de 1922, formou-se

a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cujo objetivo era a adesão voluntária de diversas repúblicas rumo à construção do socialismo. O bloco soviético era um bloco multinacional, que abrangeria mais de cem povos distintos. Em linhas gerais, as funções desse complexo conglomerado de países estavam divididas entre obrigatoriedades que caberiam à URSS – defesa, transporte, comunicações, relações exteriores e planejamento econômico –, e outras que caberiam às Repúblicas federadas – funções jurídicas, administrativas, educacionais, culturais, e de saúde e serviços sociais (VIZENTINI, 1989, p. 67).

Mesmo tendo surgido antes da formação da URSS, a NEP foi fundamentalmente um planejamento do bloco soviético. O principal setor econômico a ser privilegiado seria o agrícola, já que a maioria da população russa economicamente ativa ainda estava no campo e o país necessitava de uma maciça produção de alimentos para abastecer a população, duramente atingida pela Guerra Civil. Além disto, o fato primordial residia em que o excedente gerado a partir da acumulação no campo serviria de alicerce para importações de maquinários na indústria. Para que a NEP obtivesse grande adesão social, esta política estava fundamentada em cinco princípios básicos:

[...] (1) reconstruir a aliança do proletariado com o campesinato a partir da substituição do confisco pelo imposto em espécie, da permissão do excedente privado e do livre comércio; (2) aumentar a produtividade industrial por meio das concessões ao capital estrangeiro; (3) aumentar emergencialmente a produtividade agrária para o abastecimento de alimentos e o aumento da capacidade de importação; (4) reequilibrar as relações de troca entre campo e cidade; (5) eliminar o desemprego, permitindo o assalariamento privado no campo (VASCONCELOS, 2013, p. 35).

O êxito da NEP estava vinculado à adoção de algumas medidas para viabilizar a reconstrução produtiva. Os principais pontos adotados foram a reintrodução da moeda e, principalmente, o pagamento dos salários, como forma de retomar as relações mercantis; a transmissão hereditária da propriedade, para estimular o setor privado; a abertura econômica para

o capital estrangeiro; e a privatização de indústrias com até 20 operários (VIZENTINI, 1989). No entanto, mesmo que as relações de mercado fossem reestabelecidas, o Estado soviético tinha participação nas grandes indústrias, em setores estratégicos como transporte e energia, assim como no sistema bancário. Desta forma, o controle em geral ainda estava centralizado, apesar da abertura provisória. Não se sabia ao certo quanto tempo iria demorar este período transitório e, no transcurso do processo, criou-se um panorama econômico complexo, principalmente no campo.

Em primeiro lugar, deve-se entender como era composta a estrutura fundiária. A propriedade rural se dividia, fundamentalmente, em pequenos e médios camponeses (*mujiks*); no grupo de camponeses com maior posse de terras e poder aquisitivo (*kulaks*); e nas fazendas cooperativas (com forte presença do Estado, de modo que este se apropriava de grande parte do excedente). Com a legalização da liberdade de comércio de produtos agrícolas, bem como a apropriação de seus excedentes, ocorreram modificações substanciais no tocante à dinâmica econômica no campo. Uma das principais consequências foi a ascensão e consolidação dos *kulaks*, que, anteriormente, eram, em sua grande maioria, médios proprietários. Por isso, pode-se dizer que a concentração da terra durante o transcurso da NEP era evidente e bastante considerável: antes de sua implementação, 5% dos proprietários controlavam cerca de 40% da produção de grãos e alimentos em geral. Já na sua vigência, 6% possuíam 60% (VIZENTINI, 1989). Além disso, os grandes proprietários, com o objetivo de especular com o preço dos produtos primários, faziam grandes estocagens de produtos, mantendo forte controle sobre o excedente de produtos, especialmente os cereais. Entre 1923 e 1926, os excedentes de cereais reduziram-se de 25% para 17%, decorrentes também da maior liberdade de comercialização (VASCONCELOS, 2013).

A indústria soviética também se recuperava em ritmo semelhante: considerando 1913 como ano-base, no conjunto das indústrias leve e pesada, o índice era de 110,5 em 1927. Com este crescimento, melhoraram também as condições dos operários, que tiveram ganhos reais em 15% de seus rendimentos

no mesmo período (REIS FILHO, 1983). No entanto, houve deterioração dos termos de troca dos bens agrícolas em relação aos industriais:

Argumentou-se [alguns economistas] também que o subdesenvolvimento da indústria soviética era a principal causa do aumento de preços, pois a baixa produtividade elevava os custos de produção. Além disso, a indústria soviética estava operando abaixo de sua capacidade produtiva, o que aumentava a proporção de custos administrativos. Era inegável que o aumento salarial dos operários também interferia no aumento dos preços (VASCONCELOS, 2013, p. 40).

Este fenômeno ficou conhecido como a “crise das tesouras”, já que as flutuações de preços industriais e agrícolas inverteram-se em 1923, quando os produtos manufaturados ficaram mais caros. Em outras palavras, o crescimento da absorção dos bens industrializados pelos trabalhadores rurais não ocorria na mesma velocidade e proporção que o consumo de bens primários.

Para se ter uma ideia da disparidade, entre 1926 e 1927, o campo absorvia apenas 25% dos bens de consumo corrente; o consumo de energia nas atividades agrícolas, para o mesmo período, era de apenas 2% de energia mecânica – ou seja, basicamente tratores –, sendo que a animal representava quase 75%. Entre 1923 e 1927, a produção elétrica saltou de 897 milhões para 5,3 bilhões de kw/h; no entanto, o consumo de eletricidade no campo representava menos de 1% do que foi produzido em 1927 (REIS FILHO, 1983).

Para reduzir esta disparidade, o governo soviético, a partir de 1924, reduziu as concessões de crédito à indústria, aumentando as linhas de crédito aos kulaks, e estabeleceu uma política de preços máximos a serem cobrados pelos produtos, o que ajudou, ao longo da década de 1920, a diminuir a relação de preços entre bens industriais e agrícolas. Essa relação, que em 1913 era de 1, chegou a 2,38 em 1923, voltando ao patamar de 1,82 em 1927 (VASCONCELOS, 2013).

Ao final da década de 1920, ficou claro que priorizar o processo de industrialização era fundamental para o desenvolvimento da URSS. Com a morte de Lênin em 1924, abriu-se uma disputa interna no partido entre Josef



Stálin e Leon Trotsky, que possuíam visões diferentes no que se refere ao desenvolvimento da União Soviética e, inevitavelmente, ao planejamento econômico. No mesmo período, a NEP é colocada em xeque – dadas as suas contradições – e, atrelada às futuras disputas dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), os novos rumos do bloco soviético mudariam para sempre, gerando grandes transformações.

### **3. A União Soviética no entreguerras e os Planos Quinquenais**

#### **3.1. Debates internos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)**

Durante quase toda a década de 1920, foram realizados intensos debates acerca do futuro da União Soviética dentro do PCUS e das formas que a política econômica seguiria para o avanço do país ao estágio socialista.

Em 1923, travou-se a primeira batalha interna: a oposição de esquerda, composta por Leon Trotsky e Ieviguêni Preobrazhensky, defendia o abandono da NEP, e em seu lugar dever-se-ia colocar em prática planos econômicos voltados ao incentivo à indústria pesada e à coletivização e mecanização das terras, de modo a elevar a produtividade agrícola e liberar um contingente de camponeses às indústrias nascentes. Essa estratégia implicaria em centralização das decisões e rigidez ao cumprimento de metas. A ala da “pureza leninista”, composta por Josef Stálin, Grigori Zinoviev, Lev Kamenev e Nikolai Bukharin, pregava a permanência da NEP como uma forma de manter o “ritmo [de desenvolvimento] mais elevado a longo prazo” (REIS FILHO, 1983, p. 27), defendendo a aliança operária e camponesa. Logo, a Nova Política Econômica não funcionaria mais como um recuo tático, mas como a própria estratégia de desenvolvimento. Ao contrário da oposição de esquerda, esta tática de desenvolvimento econômico tenderia a ser mais flexível, democrática e com metas indicativas, ou seja, que não fossem impostas aos trabalhadores para que as cumprissem a qualquer custo.

Ademais, além do debate econômico e das estratégias de planejamento, havia ainda discussões dentro do PCUS acerca da própria concepção de socialismo e de qual deveria ser o posicionamento da União Soviética frente aos acontecimentos que transcorriam naquele período histórico. A tese da “revolução permanente”, encabeçada por Trotsky, discorria sobre a necessidade da ocorrência de movimentos revolucionários em outros países, os quais seriam fundamentais para a consolidação do socialismo na URSS. Sua tese encontrava respaldo no “internacionalismo proletário” proposto por Marx (2012), segundo o qual o socialismo deveria se espalhar pelas nações como pré-condição fundamental para o êxito dos processos revolucionários. Já o “socialismo em um só país”, elaborado por Josef Stálin, estava fundado numa visão mais realística: dado que insurreições internacionais não se deflagraram após a Revolução Bolchevique, a União Soviética não deveria ficar à mercê de novos movimentos, mas fazer um grande esforço para desenvolver o socialismo “com suas próprias mãos”. No entanto, esta tese não desconsiderava a importância de novas eclosões revolucionárias.

Para sintetizar de maneira cronológica, a NEP ficou em vigência até 1927, enquanto que a tese stalinista sobre o socialismo foi aprovada em 1925, durante o XIV Congresso do PCUS. No entanto, a tese do socialismo em um só país possuía uma intrínseca contradição: a NEP agregava elementos de mercado, como a propriedade privada e a participação de capitais estrangeiros, dando prioridade à produção agrícola. Contudo, já que o PCUS acatou a tese stalinista acerca do socialismo em um só país, o mais coerente seria promover uma industrialização acelerada, como pregava a tese encabeçada por Trotsky. No entanto, como apontado por Vizontini (1989, p. 75), “[o] que poucos perceberam [referindo-se aos membros do PCUS] foi que a ideia de industrialização fazia parte desta concepção, contradizendo o próprio Stálin na época”. Já Netto (1985; p. 39), aponta que “[...] dada a tese do socialismo ‘num só país’, dever-se-ia proceder à industrialização acelerada, calcada na coletivização compulsória da agricultura (como se vê, há um resgate parcial do projeto de Trotsky)”.

Logo, não seria razoável pensar que, a longo prazo, a agricultura ainda seria o motor econômico da União Soviética, já que a questão de desenvolvimento vinha intimamente ligada à questão da promoção da industrialização, tal como nos países centrais capitalistas. Ademais, a URSS necessitava se proteger de supostas ameaças estrangeiras que poderiam, a qualquer momento, aniquilar a Revolução Bolchevique. Assim, no XV Congresso do PCUS, realizado em dezembro de 1927, aprova-se a tese stalinista de desenvolvimento, o “socialismo em um só país”, atrelada à industrialização pesada e à coletivização forçada das terras (NETTO, 1985). O modelo de planificação econômica seria efetivado no ano seguinte, quando ocorreu o Primeiro Plano Quinquenal.

Cabe, agora, elucidar como se deu a elaboração deste primeiro grande projeto na União Soviética, tendo-se mais uma disputa, entre duas correntes, sobre como deveria dar-se o planejamento centralizado.

No decorrer da elaboração do I Plano Quinquenal, houve grande discussão entre duas correntes contraditórias na economia socialista emergente. Defensores da primeira corrente, à qual Kondratiev também pertenceu, chamaram-se “genéticos”. Eles pensavam que as diretrizes dos planos devem basear-se na análise das tendências existentes na economia, levar em conta disponibilidade de recursos e conjuntura real econômica. A esta corrente pertenceram, em geral, especialistas da elite profissional e intelectual da Rússia czarista, os quais não eram, na maioria, membros do Partido Comunista.

A segunda corrente defendeu a abordagem teleológica, e seus proponentes chamaram-se “teleólogos”. Eles consideravam a formulação de objetivos e a elaboração das metas de desenvolvimento como a etapa mais importante da planificação. Para o cumprimento das metas, devem ser buscados recursos necessários, alterada a conjuntura econômica e formadas novas tendências. Sendo assim, o plano basear-se-ia mais nas diretrizes centrais do que nas previsões científicas. Os proponentes da segunda corrente foram, na maioria, membros do Partido Comunista e aqueles economistas que prefeririam seguir pela linha geral do Partido (MIKHAILOVA, 2014, p. 4).

O que se pode perceber, durante o período que antecedeu à implementação do I Plano Quinquenal, é que a primeira proposta partia da análise real da economia soviética para que, posteriormente, pudesse fazer as resoluções necessárias do planejamento central. Ao contrário, a segunda tese, a vencedora, defendia um modelo extensivo de crescimento econômico, no qual o cumprimento das metas, formadas pelos partidários de alto escalão do PCUS, era mais importante do que a análise concreta dos recursos existentes. Atrelado a esta corrente, o autoritarismo vigente facilitou a aplicação do novo modelo de planejamento, de modo que, quando possível, o Estado soviético prendia, exilava e matava seus possíveis opositores e traidores.

### **3.2. A operacionalidade do modelo econômico stalinista**

Durante grande parte da história da União Soviética, vigorou o modelo stalinista de planejamento econômico. Não havia, até então, nenhuma evidência histórica de algo semelhante e os desafios eram enormes, já que, como o bloco soviético adotava a tese do “socialismo em um só país” e seu insulamento era evidente, o desenvolvimento era basicamente autárquico. Tal era a razão pela qual a ala ortodoxa socialista sempre defendeu o modelo stalinista como o único genuinamente marxista (MIGLIOLI, 1982).

Segundo Rossetti (1981), a política e as programações econômicas eram intimamente relacionadas ao Estado no modelo econômico soviético. O primeiro item refere-se ao objetivo mais amplo de uma sociedade, que seria a própria política nacional, voltada para as áreas de defesa, infraestrutura e desenvolvimento social. Já as programações seriam os aspectos secundários de uma economia, abrangendo a decomposição das ações do planejamento central em três níveis fundamentais: global, setorial e regional.

No tocante à operacionalidade do modelo de planificação soviética, compete à Comissão Estatal de Planejamento (*Gosplan*) – que era o órgão central da política econômica – a elaboração do plano econômico geral de médio prazo, os chamados Planos Quinquenais. Além destes, eram também elaborados planos de longo e curto prazos. O primeiro referia-se às grandes

linhas de desenvolvimento socioeconômico, a partir da avaliação de recursos disponíveis, de modo a estabelecer níveis de produção, melhorias gerais da produtividade, novas técnicas produtivas, entre outros. Os de curto prazo eram desdobramentos dos Planos Quinquenais, com metas específicas e procedimentos de execução (MIGLIOLI, 1982). Havia, também, os órgãos periféricos, ou ministérios, que serviam de suporte ao Estado soviético para ajudar na conclusão das metas estabelecidas em cada área produtiva, localizados nas áreas industriais e rurais.

Portanto, evidencia-se a primeira característica do modelo: a hierarquização das decisões. Em outras palavras, com a elaboração das metas de médio prazo pelos órgãos estatais superiores, as empresas ficavam à mercê de promover suas próprias decisões – a chamada “autogestão das fábricas” – no que diz respeito à produção e à utilização dos recursos. A perda de independência das fábricas foi evidente porque:

(i) os investimentos passaram a ser predominantemente dependentes do plano e dos recursos alocados pelo orçamento de Estado, e menos dos lucros e dos empréstimos bancários; (ii) o caráter imperativo dos planos implicava que a decisão sobre a produção dependia em grau crescente de medidas administrativas e, em grau decrescente de importância, da demanda dos consumidores; e (iii) a fixação dos preços pelos órgãos de planificação restringia a liberdade de ajustar oferta e demanda via preços (GOMES, 2015, p. 8).

O centralismo também era uma atribuição importante do modelo soviético e complementar à hierarquização. Miglioli (1982) argumenta que as decisões relativas às atividades econômicas eram classificadas por: *i*) âmbito nacional, que englobava o comportamento geral da economia, como taxas de crescimento, distribuição de investimentos, entre outros; *ii*) âmbito da empresa, referente às decisões de produção, como explicitado anteriormente; e *iii*) âmbito individual, que se referia às preferências por produtos e trabalho, basicamente.

Um terceiro aspecto diz respeito à alocação dos recursos, que era feita *ex-ante*. A forma utilizada para fazer este tipo de alocação era conhecida como “método de balanço”. Tal método consistia em

[...] balanços contábeis que dispunham os recursos disponíveis e os usos dos mesmos. Os recursos disponíveis se dividiam em três grupos principais: os estoques iniciais, a produção e as importações. Os usos desses recursos tinham seis destinos principais: necessidades produtivas, investimentos, fundo mercantis, reservas do Estado, exportação e estoque finais (GOMES, 2015, p. 16).

Logo, os responsáveis pela planificação podiam visualizar excessos e falta de recursos nos setores econômicos, de modo a reformular, sempre que possível, as alocações de acordo com o descompasso entre oferta e demanda. Assim, para que o método de balanço obtivesse êxito, dever-se-ia fazer um grande esforço para conciliar o mapeamento e direcionamento de recursos com as proposições dos órgãos superiores – o que nem sempre era algo trivial.

O autoritarismo era outro elemento fundamental para a compreensão do planejamento soviético. Como já discorrido em parágrafos anteriores, a corrente burocrata do PCUS havia se instalado efetivamente nas decisões econômicas e políticas e a figura de Stálin consolidava-se como a personificação do socialismo. Com isso, intuitivamente, a sociedade como um todo não era consultada a respeito das grandes decisões econômicas da nação, sendo estas responsabilidades centralizadas na cúpula do Partido Comunista e na tecnocracia (MIGLIOLI, 1982).

Dessa forma, duas conclusões podem ser apontadas: *i*) o modelo soviético era extensivo, isto é, as empresas preocupavam-se em cumprir as metas, mesmo que isto implicasse desperdícios ou perda de qualidade dos produtos; e *ii*) os Planos Quinquenais eram imperativos e não indicativos, dados o autoritarismo e a obrigatoriedade de atingir as metas estipuladas da cúpula partidária para que as empresas recebessem bônus por isso. A partir disso, passamos à discussão dos três Planos Quinquenais e de seus principais desdobramentos sobre a economia soviética.

### 3.3. I Plano Quinquenal (1928-1932)

O I Plano Quinquenal tinha duas tarefas fundamentais: promover a coletivização forçada das terras, para eliminar o caráter burguês do campo, e acelerar o processo de industrialização da URSS, de modo que o bloco soviético se tornasse, em um curto espaço de tempo, uma potência econômica e militar.

Como discorrido na seção anterior, os *kulaks* e demais camponeses privados médios passaram a estocar os alimentos ou até mesmo a queimá-los por conta da crise das tesouras. Como o impasse de interesses entre Estado e camponeses era latente, a solução encontrada por Stálin e seus apoiadores foi a dura repressão frente a estas classes sociais, de maneira que as expropriações de terras poderiam levar ao exílio das pessoas ou até mesmo à morte. Estima-se que, neste período, entre 1 e 4 milhões de pessoas foram mortas (VIZENTINI, 1989). A meta central do Partido Comunista era que, ao final do I Plano Quinquenal, o percentual de terras coletivizadas fosse de até 17%. Mas o que se verificou foi uma taxa superior a 61% (REIS FILHO, 1983), distribuídas em cooperativas (*kolkhozes*) e propriedades estatais (*sovkhozes*), o que reforçava a repressão stalinista que se iniciava. Além de eliminar a propriedade privada no campo, a coletivização das terras tinha dois importantes objetivos indiretos fundamentais: *i*) liberar contingente populacional para ser empregado na indústria; e *ii*) a partir do momento em que o Estado tivesse uma maior apropriação dos excedentes agrícolas das cooperativas e propriedades estatais, estes seriam direcionados para a industrialização pesada (grosso modo, pode-se denominar este processo como “acumulação socialista”).

Ainda sobre a coletivização, o Estado soviético impôs aos camponeses entregas obrigatórias das safras, de maneira que o percentual coletado compulsoriamente sempre crescia, independente das situações produtivas das propriedades. Em 1928, as coletas pelo Estado chegaram a 10,8 milhões de cereais; no ano subsequente, foram mais de 16 milhões (REIS FILHO, 2003). Além disto, o número de gados bovinos caiu mais de 46% entre 1929 e 1933 (NETTO, 1985), dada a necessidade de substituição da atividade pecuária

pela produtiva. No entanto, gradativamente, as entregas obrigatórias começaram a desestimular a produção agrícola. O Estado não levava em conta os níveis produtivos e, inevitavelmente, a disparidade dos preços relativos entre manufaturados e bens primários ainda permanecia tal como durante a NEP. A justificativa central do Estado soviético para o incremento gradual das entregas obrigatórias, bem como para a manutenção dos diferenciais de preços relativos, era que a organização econômica e, portanto, os recursos disponíveis, deveria servir ao objetivo maior da industrialização.

O outro grande objetivo do primeiro Plano Quinquenal era a promoção da industrialização pesada, que, ao contrário da agricultura, caminhava em ritmos acelerados e com significativos resultados. Nesse processo, pode-se afirmar que as políticas industriais soviéticas eram verticais, pois focavam em alguns setores específicos, ou, em outras palavras, estratégicos. Em geral, priorizaram-se investimentos em: “[...] indústrias de construção mecânica, armamentos, siderurgia, transportes, estradas de ferro e canais, energia elétrica, carvão e petróleo [...]. A eles foram destinados 78% dos investimentos totais” (REIS FILHO, 2003, pp. 91-92).

Um dos principais efeitos do paradoxo entre indústria e agricultura no I Plano Quinquenal foi a transferência de contingentes populacionais do campo para as cidades, contribuindo para o avanço no processo de urbanização. Se, em 1912, a porcentagem de habitantes que moravam nas cidades era de 18%, em 1940 essa porcentagem elevou-se para 33%, ampliando a oferta de mão de obra disponível para a indústria em expansão (NETTO, 1985). Porém, esse processo resultou em alguns problemas de cunho econômico. À medida que o processo de urbanização avançava, ampliaram-se também as diferenças salariais entre distintas frações da classe trabalhadora. De maneira lógica, como a URSS estava em uma fase de aceleração da industrialização, houve uma elevação da demanda por trabalhadores qualificados, o que, inevitavelmente, gerou uma discrepância salarial na indústria entre estes e os que estavam empregados em postos com exigências menores de qualificação e especialização.



Houve uma grande mobilização do Estado, mesmo que pela via da repressão, para que as metas fossem cumpridas, de modo a estimular os trabalhadores soviéticos a atingi-las. Os esforços se justificavam pelos latentes desequilíbrios entre os diferentes setores econômicos. Como se viu no parágrafo anterior, quase 80% dos investimentos estatais foram alocados em um pequeno conjunto de ramificações. Logo, além da situação no campo, a produção de bens de consumo também foi prejudicada. Isso se deve ao fato de que a corrente de planejamento dos teleólogos desconsiderava, em grande parte, um desenvolvimento econômico minimamente equilibrado, sendo as imposições da cúpula burocrática do PCUS e o cumprimento das metas, a qualquer custo, mais importantes do que a análise objetiva e concreta dos recursos disponíveis.

Mesmo com estes problemas, os objetivos do I Plano Quinquenal foram cumpridos em quatro anos. Os setores privilegiados obtiveram resultados expressivos, como evidenciados nos dados da tabela abaixo.

**Tabela 1. Produção industrial durante o I Plano Quinquenal (setores específicos)**

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1928	35,5	4,5	11,6	5
1932	64,4	5,9	28,6	13,5

Nota: carvão, aço e petróleo em milhões de toneladas; eletricidade em milhares de kW.  
Fonte: Netto (1985).

Em linhas gerais, a produção industrial média anual cresceu a uma taxa próxima de 15% (NETTO, 1985) e a renda nacional, durante o período, teve uma elevação significativa, de aproximadamente 86,5% (REIS FILHO, 2003). Ademais, cabe lembrar que, no mesmo período, ocorria a crise de 1929, o que contribuiu para o avanço econômico da União Soviética frente aos países capitalistas. Com a prevalência da tese do “socialismo em um só país”, a crise praticamente não afetou a URSS, já que era um bloco socialista e autárquico, dependendo de seus próprios recursos para se desenvolver.

### 3.4. II Plano Quinquenal (1933-1937)

O II Plano Quinquenal visava impor metas mais realistas de cumprimentos produtivos em relação ao plano anterior, além de corrigir erros de planejamento econômico. O órgão central de planificação projetava um aumento de 50% na produção agropecuária e de 100% na indústria leve para elevar o padrão de vida dos soviéticos, com a ampliação do acesso aos bens de consumo individuais. Contudo, apesar das revisões, a indústria pesada ainda era prioridade (VIZENTINI, 1989). Ademais, o processo de racionamento de alimentos, centralizado no Estado e imposto devido à intensa coletivização das terras, foi abolido, o que permitiu maior liberdade ao comércio. Reis Filho (2003) argumenta que, mesmo com a abolição do racionamento, a escassez de alimentos era ainda um problema, haja vista que o Estado soviético priorizava as exportações desses produtos para adquirir divisas, viabilizando importações de maquinários e outras matérias primas essenciais. Já *Mejdunarodnaia Kniga* (1961) discorre que, ao final do II Plano Quinquenal, a União Soviética importava apenas 0,9% de seus maquinários, enquanto sob o plano precedente esta porcentagem era próxima de 13%. Ainda diz que, no bloco soviético, a indústria de bens de capital havia atingido um específico nível de produção, de modo que qualquer máquina poderia ser feita na URSS.

Analisando o desenvolvimento da indústria leve e da agricultura, a evolução do capital revertido cresceu 2,4 vezes em relação ao primeiro plano. Já a produtividade do trabalho cresceu em 82%, juntamente com o crescimento industrial médio soviético, que foi de 20% ao ano entre 1930 e 1937 (KNIGA, 1961, p. 50). Mesmo com a notável evolução desses setores, a indústria pesada ainda era uma prioridade fundamental para a União Soviética, que crescia a passos impressionantes, avançando cada vez mais, como demonstrado na tabela abaixo. Cabe lembrar que, ao final do II Plano Quinquenal, praticamente todas as indústrias estavam estatizadas.

**Tabela 2. Produção industrial de setores estratégicos durante o II Plano Quinquenal**

Setores	1932	1937
Eletricidade	13,5	36,2
Carvão	64,4	128
Petróleo	21,4	28,5
Aço	5,9	17,7
Renda Nacional	45,5	96,3

Nota: eletricidade em milhares de kW; carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas; renda nacional em milhões de rublos, com base em 1926-1927.

Fonte: Reis Filho (2003).

Os grandes destaques foram a eletricidade, com um crescimento superior a 168% no período, e a própria renda nacional soviética, que mais que dobrou. O II Plano Quinquenal foi cumprido no prazo de cinco anos e, mais do que isso, a indústria soviética deu saltos qualitativos importantes.

No entanto, apesar dos expressivos resultados, a onda de “expurgos stalinistas” foi agravada na década de 1930: repressão policial para quem discordasse do regime, exílio, transferência de pessoas aos campos de trabalho forçado (*gulags*), mortes em massa, entre outros aspectos semelhantes. Segundo Netto (1985), entre 1936 e 1939, toda a velha guarda bolchevique (em geral, membros do PCUS que participaram, direta ou indiretamente, da Revolução de Outubro) foi desarticulada, além de que, no mesmo período, 70% dos membros do Comitê Central do partido, eleitos em 1934, foram presos, sem contar os soldados do Exército Vermelho que também foram dizimados. Figuras importantes como Zinoviev, Kamenev e Trotsky foram vítimas da repressão stalinista – os dois primeiros, fuzilados neste período, e o terceiro, morto quando estava exilado no México, em 1940.

Mesmo com essas dificuldades, a União Soviética caminhava praticamente com suas próprias forças no desenvolvimento socialista. Porém, a iminência de um outro conflito mundial era latente e o III Plano Quinquenal teria que estar centrado neste específico ponto. E, de alguma forma, a figura de Stálin foi crucial para o desfecho da Segunda Grande Guerra.

### 3.5. III Plano Quinquenal (1938-1942) e a II Guerra Mundial

O III Plano Quinquenal talvez tenha sido o mais crucial para a União Soviética, já que foi interrompido em 1941, quando o bloco efetivamente entrou na II Guerra Mundial. Mesmo que a URSS não tenha ingressado desde o início do conflito, o planejamento econômico foi direcionado à indústria bélica caso as circunstâncias exigissem sua entrada. Além desta adversidade, Vizontini (1989) apontou que, mesmo com metas ligeiramente ambiciosas, esse plano procurou aprimorar aspectos qualitativos, como a gestão das fábricas estatais e a produtividade do trabalho.

De fato, a produtividade dos trabalhadores na indústria cresceu consideravelmente: tomando como base o ano de 1928, em 1940 o crescimento foi na magnitude de 343%, o que significou, em grande medida, uma redução importante nos custos de produção industriais (KNIGA, 1961). No entanto, ao analisar este recorte temporal, não se pode esquecer a grande prioridade do III Plano Quinquenal: a indústria bélica. Fazendo um comparativo entre o total da indústria soviética e o setor de armamentos, no período de 1938 e 1940, a primeira cresceu a uma taxa anual média de 13%, enquanto o crescimento da indústria bélica foi de quase 40%, participando, no início de 1941, com 45% da renda nacional (MIKHAILOVA, 2014). Estes dados reforçam a preocupação do Estado soviético com uma possível entrada na Segunda Grande Guerra, já que a taxa de evolução do setor bélico foi quase três vezes superior à média total da indústria. Desta forma, não se pode descartar o crescimento dos setores estratégicos soviéticos, demonstrados em tabelas anteriores, durante o III Plano Quinquenal.

**Tabela 3. Produção industrial durante o III Plano Quinquenal (setores selecionados)**

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1937	128	17,7	28,5	36,2
1940	165,9	18,3	31,1	48,3

Nota: eletricidade em milhares de kW; carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas  
Fonte: elaboração própria a partir de dados de Reis Filho (2003) e Neto (1985).

Nítidamente, o ritmo de crescimento, apesar de alto, foi menor se comparado ao segundo plano. Neste, a eletricidade cresceu quase 170%, enquanto no período entre 1937 e 1940 a taxa foi um pouco superior a 33%. O conjunto de dados permite afirmar, mais uma vez, a prioridade do setor bélico no terceiro plano.

Importa também destacar as transformações sociais que a União Soviética enfrentou durante os três Planos Quinquenais, quando o processo de urbanização foi intensificado e a economia, evidentemente, sofreu modificações substanciais. Em 1928, ano em que o primeiro plano entrou em vigor, 80% da população empregada estava no setor primário e somente 8% estava no industrial. Mas, em 1940, as porcentagens mudaram para 54% e 23%, respectivamente. Notoriamente, o setor industrial foi o que mais ganhou participação durante os Planos Quinquenais e, inevitavelmente, o processo de êxodo rural foi intenso (VIZENTINI, 1989). Por outro lado, o rápido processo de êxodo rural e urbanização resultou na marginalização de parte da sociedade, a partir de um intenso processo de favelização das grandes cidades soviéticas. “Em 1936, apenas 6% dos habitantes das cidades dispunham de mais de um cômodo para viver. Outros 40% dispunham de apenas um cômodo, 24% de parte de um cômodo, 5% viviam em cozinhas e corredores e 25% alojavam-se em dormitórios [...]” (REIS FILHO, 2003, p. 95).

No entanto, apesar das dificuldades, a União Soviética havia introduzido políticas de universalização e gratuidade de saúde e educação, com abrupta melhoria nos indicadores sociais. Vale destacar também que as mulheres obtiveram grandes conquistas durante as primeiras décadas de existência da URSS, alcançando igualdade jurídica, mais oportunidades de emprego fora do ambiente doméstico e ingresso às universidades.

Por fim, cabe destacar alguns aspectos referentes à participação da URSS na Segunda Guerra Mundial, dado que seu ingresso no conflito resultou na interrupção do III Plano Quinquenal, mediante a necessidade da organização de uma economia de guerra. A entrada da União Soviética junto aos Aliados se deu em junho de 1941, quando as tropas nazistas fizeram

uma inicial ofensiva. O exército alemão havia ocupado os Estados Bálticos (Ucrânia, Crimeia e Bielorrússia) e parte considerável da Rússia europeia. Nestas regiões, situavam-se 40% da população soviética, 65% da produção de carvão, 68% de ferro, 58% de aço e 38% dos cereais, além de quase 2 milhões de prisioneiros (REIS FILHO, 2003). Em outras palavras, alguns dos principais produtos soviéticos foram colocados sob domínio nazista.

Mas foi a partir da vitória do Exército Vermelho na famosa Batalha de Stalingrado, entre agosto de 1942 e fevereiro de 1943, que a União Soviética faria a ofensiva contra os nazistas, até a tomada de Berlim em 1945, sendo a grande responsável pela virada dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Apesar da vitória e do fortalecimento do socialismo, o bloco soviético teve perdas significativas, tanto humanas quanto econômicas, já que, ao contrário dos Estados Unidos, boa parte de seu território foi palco de batalhas sangrentas. Estima-se que 20 milhões de soviéticos, sendo 13 milhões de civis e os demais, soldados, foram mortos durante o conflito mundial. Para se ter ideia da dimensão de perdas humanas, EUA, França e Inglaterra, juntos, sofreram com a morte de 1,3 milhão de pessoas. Além das mortes, a estrutura produtiva também foi frontalmente afetada: quase metade do espaço urbano foi completamente destruído, atingindo milhares de quilômetros de ferrovias e cidades. Em alguns setores, como os de petróleo, eletricidade, aço, tecidos, entre outros, as quedas variavam entre 10% e 70% (REIS FILHO, 2003). A principal indústria, a de bens de capital, teve uma redução forte de 30%, enquanto na indústria leve, em geral, a queda foi na magnitude de 40% (NETTO, 1985).

**Tabela 4. Produção industrial durante a II Guerra Mundial**

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1940	165,9	18,3	31,1	48,3
1945	149,3	12,3	19,3	43,2

Fonte: Netto (1985).

Mesmo com todo este cenário, a União Soviética saiu fortalecida do conflito mundial, posicionando-se como a segunda grande potência hegemônica

internacional, fazendo frente aos Estados Unidos a partir de então, até meados do início da década de 1990.

#### **4. Considerações finais**

As transformações socioeconômicas russas que resultariam, anos depois, na formação da União Soviética foram repletas de adversidades, que podem ser resumidas em duas revoluções no ano de 1917, uma guerra civil e duas mundiais.

Considerando todos esses processos complexos, a consolidação do socialismo na URSS teve dificuldades no tocante ao planejamento econômico e às maneiras mais razoáveis de elaborar trajetórias viáveis ao desenvolvimento das forças produtivas e consolidar uma nova sociedade, livre de explorações e com a classe trabalhadora sendo protagonista dos eventos socioeconômicos. A partir do momento em que o aparelho estatal se tornou o principal agente econômico – e, posteriormente, o único –, o bloco soviético alcançou resultados expressivos, principalmente na indústria pesada de bens de capital e de armamentos. Isto foi possível por conta das próprias características da antiga Rússia czarista, cuja economia era essencialmente agrária e com imensas contradições sociais.

Mesmo no período de implementação da Nova Política Econômica, quando se optou pela maior abertura a capitais e atividades privadas como forma de avançar na modernização produtiva e no desenvolvimento econômico, os resultados foram relativamente limitados, com restrições para o êxito do processo de rápida industrialização da União Soviética. Ademais, os instrumentos da NEP abriram caminho para uma série de conflitos entre os interesses do Estado e os dos capitalistas – como a partir da ascensão dos *kulaks* –, colocando em questão as potencialidades da utilização de instrumentos típicos do modo de produção capitalista para o avanço de um sistema que se propunha socialista.

Assim, foi somente no governo Stálin, com os Planos Quinquenais, que a URSS conseguiu resultados econômicos expressivos, por conta do planejamento centralizado mais consolidado e melhor elaborado. No entanto, o modelo stalinista de planificação possuía diversas falhas, como o seu caráter autoritário e de pouca flexibilização diante das situações que surgiam. Ademais, emergiu um grande desequilíbrio entre a indústria pesada e a leve, já que os investimentos estatais eram majoritariamente alocados ao primeiro.

Cabe lembrar que este descompasso precisa ser contextualizado frente aos cenários de ameaças externas, à entrada soviética na II Guerra Mundial e à futura Guerra Fria, que seria travada com os Estados Unidos. Apesar disso, importa destacar que, sem a formalização e efetivação do planejamento econômico, o território russo permaneceria, possivelmente, vinculado e depende das atividades agrárias, sua principal fonte de renda até a eclosão da Revolução. Essa é a razão pela qual podemos apontar a importância irrestrita do planejamento e da planificação econômica para o avanço econômico e social da União Soviética, que viriam a resultar em sua consagração como potência hegemônica internacional ao final da Segunda Guerra Mundial.



## Referências

- CARR, Edward Hallett. *A Revolução Russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- GOMES, Luiz Henrique Marques. “O modelo stalinista de planificação econômica” in: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História Econômica*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.
- KNIGA, Mejdunarodnaia. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- MIGLIOLI, Jorge. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MIKHAILOVA, Irina. “Sistema planejado na União Soviética: lições históricas e visão atual” in: *Anais do XL Encontro Nacional de Economia*. Porto de Galinhas: ANPEC, 2014.
- NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *URSS: o socialismo real (1921-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Russa 1917-1921*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *As Revoluções Russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Política e programação econômicas*. São Paulo: Atlas, 1981.
- VASCONCELOS, Joana Salém. “Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929)”, **Revista Verinotio**, v. 9, n. 18, pp. 28-45, Belo Horizonte, 2013.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Revolução Soviética: o socialismo num só país*. São Paulo: Mercado Aberto, 1989.



